

# O VERDE É INVADIDO

Rovênia Amorim

Da equipe do **Correio**

**N**em as áreas de proteção ambiental escapam dos invasores. Nas últimas três semanas, novas chácaras de cinco hectares começaram a aparecer a poucos metros das margens dos córregos Capão Preto, Riacho Fundo e Coqueiros, nas imediações do Combinado Agrourbano I (Caub I), entre o Núcleo Bandeirante e o Riacho Fundo. Famílias de agricultores aram e plantam a terra, sem cuidados com a natureza.

“O que estão fazendo é um crime ecológico. Teremos que recuperar a área arada”, diz o diretor executivo da Fundação Zoobotânica, Marcelo Xavier. Ele confirma a invasão. “Toda essa área é de preservação ambiental permanente. Queremos que saiam o mais rapidamente possí-

vel.” A fundação é responsável pelo arrendamento das chácaras do local, mas exige critérios de utilização.

Marcelo Xavier ordenou, ontem, aos fiscais do Serviço de Vigilância do Solo (SivSolo) e da Secretaria de Meio Ambiente e Tecnologia (Sematec), que intimassem os agricultores a deixarem o local. “Ali a ameaça ao meio ambiente é total. Não há como eles ficarem”, afirma.

O diretor da Fundação Zoobotânica diz que vai respeitar o prazo de 72 horas dado pelo governador Joaquim Roriz para que todos as pessoas abandonem as invasões. Depois disso, promete multar os agricultores que insistirem em permanecer. São 38 novas chácaras.

Foram cercadas com arame farpado e cada uma tem um barraco de madeirite construído. Na maioria não tem ninguém morando. O agricultor Onair Soares Laia, 42 anos, que trabalha como caseiro na “chá-

cara do seu Ari”, no Caub I, faz planos de mudar logo para a nova casa, deixar de ser empregado e viver da própria terra. Já plantou um pouquinho de cada coisa: milho, batata, feijão e bananeiras.

“Se ganhar essa terra, vai ser mesmo um milagre de Deus. Tô com fé em Deus que vamos ficar”, conta o caseiro, que veio de Marabá, no Pará, há cinco anos, com a mulher Maria Ferreira e quatro filhos. “A minha vida é muito sofrida. De ficar roçando o mato, passando pano na casa e dando milho pra galinha”, conta.

Mas o movimento de camionetas e de outros carros na estrada que corta a região revela que nem todos os invasores são pessoas carentes

como o caseiro Onair. Só que evitam falar como conseguiram a terra e mandam procurar o “seu Eli”, o presidente da Associação dos Agricultores Rurais do Catetinho.

Ao ser avisado da presença do **Correio**, o topógrafo aposentado Abílio Rodrigues de Oliveira, 51 anos, alcançou o carro da equipe de reportagem para explicar a ocupação. “As poligonais dessa área já estão definidas pelo PDOT (Plano Diretor

de Ordenamento Territorial), para assentar as famílias de produtores rurais do local. Só resolvemos ocupar antes da autorização da Terracap porque já tinha grileiro de olho nisso aqui”, diz.

E para provar que não está exage-

rando, aponta barracos de lona de plástico preto no alto de um morro. “Aquilo ali, sim, é invasão. Estavam querendo aproveitar as nossas chácaras para criar outras. Mas vocês nem precisam ir lá. A polícia já interditou e tirou todos eles”, avisa.

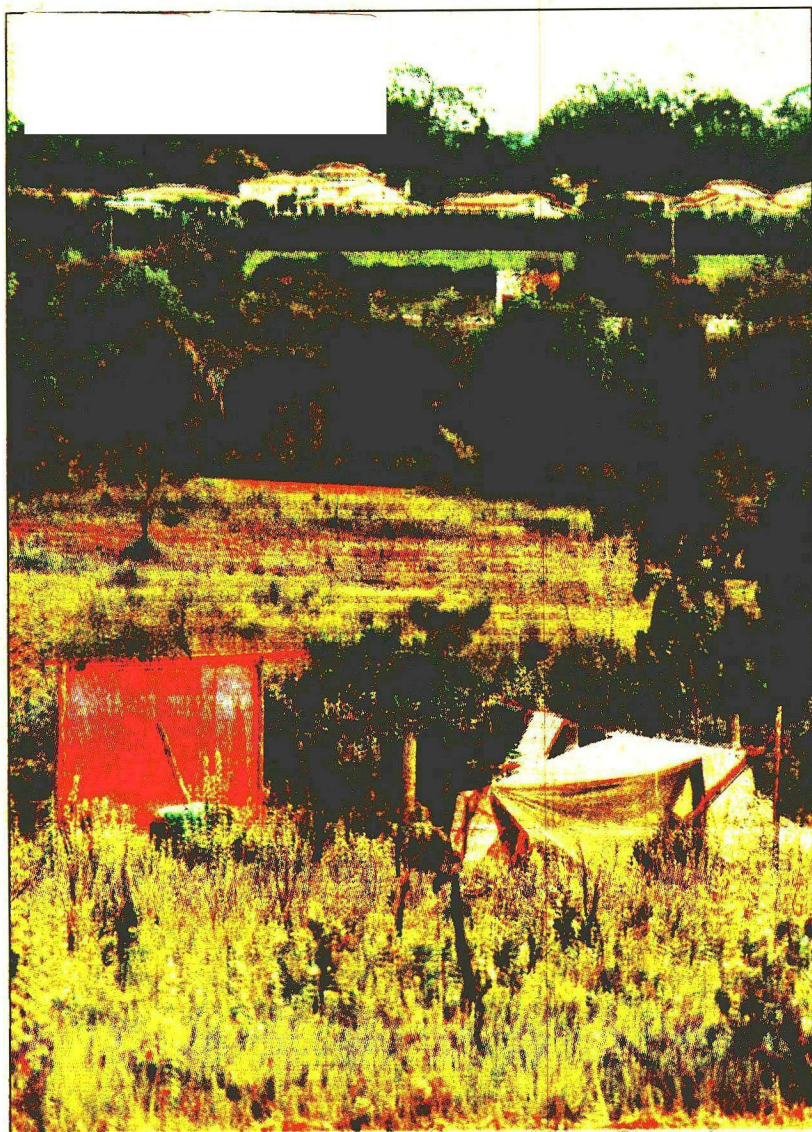
Não há estrada até a porta desses barracos. Muitos candidatos às novas chácaras chegam ao local cortando caminho pelo mato e passando pela pinguela sobre o Córrego Coqueiros. Mas, lá em cima, a surpresa. O responsável pelo futuro parcelamento é Eli Oscar Vieira, o presidente da Associação dos Agricultores Rurais do Catetinho.

Ele nega que os novos chacareiros tenham invadido a área e cita as leis 1.857/97 e 1.480/97, do deputado distrital Wasny de Roure (PT), que criam as colônias agrícolas Coqueiros e do Catetinho. “Nós só nos antecipamos à autorização do governo. Temos direito de ocupação e só

fizemos isso porque havia ameaça de invasões de verdade”, explica.

O presidente da associação mostra um documento para provar que não está fazendo o parcelamento às escondidas. A carta protocolada na Terracap no dia 17 de dezembro de 1998 avisa que iriam lotear as chácaras, ao mesmo tempo em que se comprometem a respeitar distância de 150 metros das margens dos córregos. “Aqui era tudo entulho. Cheio de caco de vidro e lixo hospitalar. Queremos parceria com o governo para preservar a área e para um plantio de equilíbrio ecológico”, afirma Eli.

O deputado Wasny diz que sua lei não prevê o adensamento de chácaras na região, mas apenas o reconhecimento das ocupações existentes até 29 de janeiro de 1997. “Só não quero que minha lei seja utilizada para acobertar improbidades”, comenta.



Os casebres são frágeis e os donos evitam falar como obtiveram a terra